

## ENSAIO AO PENSAMENTO DE EUCLIDES DA CUNHA, E A VISÃO DO SERTANEJO NORDESTINO

Lianeide Brogni  
Selma Barbosa Wolff  
Tâmara Canabarro<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende demonstrar alguns aspectos, que nos levam a acreditar ser Euclides da Cunha, utilizando-se da sua principal obra: *Os Sertões*, um autor contraditório ao tratar do sertanejo. Para tanto, iremos explicar quais eram as influências ideológicas de Euclides e as influências que havia no seu tempo, bem como, o que encontramos na historiografia a cerca da figura do sertanejo no Brasil da República Velha.

### Introdução

As temáticas que envolvem o estudo do sertanejo brasileiro, sem dúvida, devem levar em conta a obra de Euclides da Cunha. Não somente a sua obra literária: *Os Sertões*, mas a sua contribuição histórica a cerca do sertanejo, do seu modo de vida, seu meio de subsistência e o seu referencial antropológico contido nela. Dentro desta perspectiva, temos por objetivo esclarecer os questionamentos levantados após a sua leitura, os quais vão desde os motivos que levaram Euclides a, talvez, modificar a sua visão sobre o sertanejo, até, o desmembramento das correntes teóricas que o influenciavam. Completando esta análise iremos abordar a visão do sertanejo nordestino da época através da historiografia mais recente, a qual vai de encontro com o modo que o enxergamos. Baseando-nos nesta análise conseguiremos demonstrar que o sertanejo brasileiro na República Velha foi um forte sim, mas não como Euclides da Cunha o considera. O sertanejo nordestino brasileiro foi um sobrevivente do esquecimento e da periferia de uma nação concretizada no litoral e sob um regime político, que não incluía tipos como o seu, apenas, os reprimia e, no caso, exterminava. O branqueamento da sociedade era uma das determinações da época e, para isso, quem não se enquadrava era jogado para o interior do país, ou, para as periferias das cidades como acontece na formação das favelas, por exemplo.

### O Pensamento de Euclides da Cunha

O autor, Euclides da Cunha (1866-1909) engenheiro, positivista como seu mestre Benjamin Constant, anti-monarquista e abolicionista, com uma visão progressista da

---

<sup>1</sup> Acadêmicas de História da Fapa 7º semestre. Artigo apresentado na disciplina de Brasil III. Orientador Professor Dr. André Luiz Reis da Silva.

História, foi repórter de *O Estado de São Paulo*, acompanhando a luta de Canudos, em 1897. Suas reportagens foram reunidas em *Canudos: Diário de uma expedição*. Mais tarde, retomando estas reportagens, as transforma em *A luta* e forma com *A terra* e *O Homem* seu livro: *Os Sertões* (1902). A obra, então, foi dividida nestes três capítulos: *I: A Terra* (meio) em que ele analisa o condicionamento geográfico; *II: O Homem* (raça) em que analisa física e psicologicamente o sertanejo e *III: A luta* (momento) em que narra as quatro expedições do governo contra Canudos.

Na literatura, sua obra é classificada como pertencente ao período Pré-Modernista, fase em que os escritores voltam-se para a valorização das tradições do interior do país, onde fixam um mundo prestes a desaparecer. A princípio, Euclides da Cunha, vê a Guerra de Canudos com a mesma visão unilateral de todos, que só sabiam o que lhes era divulgado: um levante contra a República pretendendo à volta do regime monárquico.

Nosso estudo tem como base de análise o capítulo "O Homem" que será tratado a seguir. Neste capítulo, Euclides da Cunha, inicia tentando esclarecer, como mostra o subtítulo, a "Complexidade do problema etnológico do Brasil".

Inicialmente, Euclides da Cunha diz que tenta esboçar os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil, pois para ele, seria uma raça efêmera e que urgia ser analisada e registrada como parte da História. O autor é o primeiro na época a afirmar que a complexidade das raças no Brasil é um problema que está apenas delineado, não tentando - como fizeram os outros cientistas da época - encontrar um tipo etnológico único. As três raças principais seriam: o negro banto, o indo-guarani e o branco derivando destas os mestiços mais característicos: o *mulato* (produto do cruzamento do negro e do branco), o *mameluco ou curiboca* (derivado do cruzamento do branco e do tupi) e o *cafuz* (produto do cruzamento do tupi e do negro). Demonstra isso a seguir:

O brasileiro, tipo abstrato que se procura, (...) só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo. Teoricamente ele seria o pardo, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz. (CUNHA, 71, 1985)

De acordo com o autor, na fusão das raças deve-se levar em conta a função mesológica e a histórica. Ele explica que alguns autores exageram a predominância do silvícola, outros, a do africano; mas que todos erram por não estarem à procura de um tipo étnico único, sendo que alguns exageram a função do africano e outros decretam a extinção do silvícola, prevendo o triunfo da raça branca como superior e mais forte. Porém, na opinião do autor: Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. (CUNHA, 72, 1985)

Acrescentando ainda: A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. (CUNHA,

72, 1985)

Euclides da Cunha explica que não podemos ter um tipo étnico único primeiramente porque temos três climas (ou habitat) distintos: o francamente tropical (norte ao sul da Bahia), o temperado (de SP ao RS) e, como transição, o subtropical (alongando-se pelo centro e norte de MG ao PR). A partir disto, o autor descreve o clima destas regiões, envolvendo o leitor como se o levasse *in loco*. Contudo, estabelece as relações do clima com o comportamento e características dos habitantes do local: O calor úmido das paragens amazonenses, por exemplo, deprime e exaure. (CUNHA, 79, 1985)

Nesta próxima citação, percebemos a influência do darwinismo social, tão em voga no final do século XIX:

A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como conseqüências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. (CUNHA, 79, 1985)

Além disso, ele ressalta que no caso especial do brasileiro, variou demais, nos diversos pontos do território, as dosagens dos três elementos especiais; chegando à conclusão de que: Não há um tipo antropológico brasileiro. (CUNHA, 84, 1985)

Contudo, o autor destaca que, no Brasil, a primeira mestiçagem ocorreu entre o silvícola e o branco, mas que o primeiro foi se tornando inexpressivo aumentando a classe dos brancos e dos pardos:

Sem idéia alguma preconcebida, pode-se afirmar que a extinção do indígena, no Norte, proveio, segundo o pensar de Varnhagem, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro extermínio. (CUNHA, pg. 85: 1985)

Neste trecho, percebemos uma das contradições do capítulo de Euclides da Cunha, que ora exalta a predominância do silvícola, ora nos diz que sua fraqueza (própria da raça), o levou ao desaparecimento. Posteriormente, o autor explica como a forma de colonização do norte e do sul se diferenciava e como isto influencia a diferenciação destas raças; ao mesmo tempo em que mostra a importância dos rios para as *entradas*, quando se iniciou a colonização dos sertões. A partir do momento em que começa a definir os antecedentes históricos do jagunço, o autor começa a desprezar a influência do africano na mestiçagem do sertanejo:

Entretanto, em que pese a esta invasão de vencidos e infelizes, e à sua fecundidade rara, e suas qualidades de adaptação, apuradas na África adusta, é discutível que ela tenha atingido profundamente os sertões. (CUNHA, 86, 1985)

Ressaltando que ocorreu uma distinção fundamental entre os mestiços do litoral e os do sertão, sendo que os primeiros, como viviam na costa, sofriam influência estrangeira,

bem como, justifica que o africano temeroso não adentrou o interior, pois, os engenhos de açúcar o prendiam à costa; por outro lado, nos mestiços do sertão, houve uma maior influência do silvícola, o que o torna superior. Referindo-se aos sertanejos ele ressalta o aspecto insular deste:

Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. (CUNHA, 91, 1985)

Definindo-a como “Tróia de taipa dos jagunços”, o autor explica a originalidade desta região, que permaneceu com o elemento indígena dominante, ao contrário do que ocorreu no litoral:

Ora toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo.

Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral resolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante. (CUNHA, pg. 94: 1985)

Ainda sobre a típica raça sertaneja:

(...) o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro e levemente ondeado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes.

A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. O sertanejo do norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída. (CUNHA, 96, 1985)

Euclides da Cunha, neste sub-capítulo “Um parêntese irritante”, baseia-se nas teorias raciais da época, compondo uma teoria na qual mostra como é prejudicial à intensa mestiçagem, pois pode trazer elementos de uma raça evoluída, degradando-os com os elementos de uma raça que se encontra em estágio inferior:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante a revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 96, 1985)

Ainda sob influência das teorias científicas do final do século XIX, o autor ressalta a superioridade do branco e a busca desta pelas raças inferiores:

O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida; o mameluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se, ferozmente, sobre as cabildas alternadas (...) A luta transmuda-se tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio do franco da raça inferior pela guerra à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. (CUNHA, 97, 1985)

A partir deste subitem: “O sertanejo”, Euclides, esboça a sua visão a cerca deste tipo peculiar: O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. (CUNHA, pg. 99: 1985)

Quer dizer: o sertanejo é um forte, por um lado por ter conseguido sobreviver ao seu meio geográfico, por outro lado, por não ter absorvido a cultura externa, não sofreu a decadência física e moral do mestiço do litoral. As antíteses se mostram mais claramente também quando o autor aponta o sertanejo ora como Hércules, ora como Quasímodo. Isto é, ele é um valente guerreiro ao mesmo tempo em que deixa enganar os outros pela sua aparência mirrada. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules - Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. (CUNHA, 99, 1985)

Ele segue, comparando o gaúcho do sul com o vaqueiro do norte – denominando-os tipos díspares - assumindo uma visão romanesca a respeito do gaúcho e enaltecendo, mais uma vez, o sertanejo:

O vaqueiro é sua antítese. Na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há que equipará-los. O primeiro filho dos plainos sem fins, efeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem certo, feição mais cavalheirosa e atraente. A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte. Não conhece os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsiccada. (CUNHA, 101, 1985)

Finalizando sua comparação explica: O jagunço é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro.(CUNHA, 103, 1985)

É importante destacar a seção que se destina a explicar o significado da seca sobre o homem sertanejo:

A seca é inevitável. Então se transfigura. Não é mais o indolente incorrigível ou o impulsivo violento, vivendo às disparadas pelos arrastadores. Transcende à sua situação rudimentar. Resignado e tenaz, com a placabilidade superior dos fortes, encara de fito a fatalidade incoercível; e reage. O heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas. Não há revivê-las ou episodiá-las. Surgem de uma luta que ninguém descreve – a insurreição da terra contra o homem. (CUNHA, 112, 1985)

Neste fragmento acima, ele coloca a superioridade do sertanejo como herói que passa pela seca - que faz até mesmo a natureza se contorcer - mas que apenas fortalece o homem do sertão, que está intimamente ligado com a terra.

Outro aspecto que influencia a formação deste homem do sertão é a religiosidade, destacada por Euclides da Cunha, como um caso notável de atavismo<sup>2</sup> na história, sendo Antonio Conselheiro um documento raro deste atavismo:

Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização. (CUNHA, 115, 1985)

O estudo de Euclides da Cunha a cerca de Canudos representa um grande marco na etnologia brasileira, apesar de seu pensamento estar transversalizado pelas teorias da época. Ele consegue perceber que nosso país é indubitavelmente diverso e, portanto, não pode seguir esta visão míope e eurocentrista de raça única, que se adapta nos países europeus e que encontrou aqui um obstáculo: a diversidade. No Brasil, esta teoria se adaptou como percebemos no texto do autor, mostrando o branco como raça superior e as demais raças como cruzamentos gerando raças mestiças inferiores e diferenciadas pela “qualidade” deste cruzamento: ora através da predominância do indígena, ora da predominância do africano. Portanto, o livro: *Os Sertões* - se constitui mais que um informativo da luta travada nos sertões, representada pela Guerra de Canudos, ela é, também, uma base teórica para o pensamento antropológico brasileiro. Desta forma iniciaremos as discussões sobre as teorias científicas, que influenciaram o pensamento antropológico do início da República brasileira.

### **Teorias Científicas**

Para que consigamos compreender a obra de Euclides da Cunha de uma forma mais completa, é estritamente necessário que façamos uma análise das idéias científicas, positivistas e deterministas que influenciaram o autor, ou seja, vamos buscar a origem do pensamento de Euclides da Cunha e tentar enquadrá-lo no contexto histórico-intelectual em que viveu.

As teorias científicas começam aparecer em meados do século XIX, quando o mundo contemporâneo passa pelo processo de renovação econômica. Novas características do sistema capitalista de acumulação estão se formulando para atender o contexto da época. Dentre essas renovações estão as de ordem científica, que permearão a definição dos seres humanos determinando suas variações intraespécie.

Como sabemos os movimentos econômicos e sociais das grandes potências durante o século XIX desencadeiam diversas questões a nível mundial. Portanto, o que acontece com elas reflete, sem dúvida, nas regiões periféricas do mundo. No caso do chamado Novo

---

<sup>2</sup> Reaparição, em descendentes, de caracteres advindos dos ascendentes remotos, e que não nos imediatos.

Mundo e, com ênfase no Brasil que estamos tratando, isto se intensifica muito, pois em sua maioria é composto por nações periféricas.

O desenvolvimento industrial buscou incessantemente novos mercados consumidores, que por sua vez não poderiam manter uma produção fabril de destaque. Para tanto, as grandes potências industriais acham nas economias periféricas da Ásia e América Latina a sua área de atuação. Neste contexto encontraremos o alvorecer das teorias científicas, iniciadas na Europa, mas também, difundidas nos Estados Unidos. Com o objetivo de legitimar as investidas imperialistas precisavam de algo que os certificassem como superiores e escolhidos para levar a civilidade a todo o mundo. O modernismo, estruturado pela industrialização e pelo sistema capitalista, que nas questões econômicas desconsidera fronteiras, baseia-se nessa onda científica que se alastra pelo mundo atingindo, assim, o seu objetivo.

Neste pensamento, o imperialismo justificado pelas teorias científicas, incorpora nas sociedades periféricas essas determinações com o objetivo de dissolver as peculiaridades de cada nação e harmonizá-las com um padrão internacional ditado pelo Velho Mundo.

Dentre essa perspectiva o livro lançado em 1859 por Charles Darwin titulado: A Origem das Espécies foi à base para o desenvolvimento da ciência a cerca das diferenças entre os homens. Darwin expõe em seus estudos a teoria da evolução das espécies pela seleção natural, o que contraria o cristianismo e dá margem a superioridade de uma raça sobre a outra, sendo que uma é mais propensa à extinção do que a outra.

Essa discussão é provinda, dentro do campo social, desde a Revolução Francesa, a qual foi influenciada pela idéia de raça introduzida por George Curvier – teórico científico que diz existir diferenças físicas hereditárias representativas de cada grupo de seres humanos. Os ideais igualitários da Revolução Francesa se chocam com essa teoria, principalmente, porque o termo raça vincula-se ao termo cidadania.

Para tanto, algumas das principais questões que a ciência irá estudar são as origens e diversidades da humanidade - tendo sempre em vista uma resposta absoluta e verdadeira. O principal debate sobre essa questão se dará entre os monogenistas e poligenistas. Os primeiros difundiam a ideologia divina entre as diferenças humanas, sendo elas determinadas pela maior proximidade ou não do paraíso cristão. Os poligenistas, baseados em estudos biológicos, já acreditavam que havia diversos núcleos de produção correspondentes aos diferentes grupos humanos (SCHWARCZ, 1993: 47). Como conseqüências dessas duas visões, surgem no século XIX, ramos da ciência dedicados a esses estudos como, por exemplo, a frenologia e a antropometria, que calculavam a capacidade humana pelo tamanho do cérebro, no caso, muito usadas para estereotipar o sertanejo nordestino. A craniologia, também, é outro exemplo desse tipo de visão.

Os estudos de Darwin, então servem de apoio para os poligenistas, que extrapolam o termo raça da área biológica para as questões políticas e culturais. Muitas vezes a teoria darwinista foi adaptada para determinar o que mais fosse conveniente como, a legitimação imperialista das grandes potências, por exemplo. Nesse contexto o protestantismo se espalhava pela Europa e, principalmente entre as nações expansionistas. Desta forma temos os seres humanos sendo tratados como gênero classificado de acordo com suas diferenças culturais igualadas as diferenças entre as espécies. Para tanto, quanto mais longe uma espécie ficar da outra melhor é para todas.

Entretanto, temos as questões de miscigenação, isto é, como se deveria tratar os grupos híbridos da sociedade mundial. E, é nesta perspectiva, que entramos no nível brasileiro de teorias científicas acerca da questão do sertanejo e, principalmente, como Euclides da Cunha trabalha com isto, sendo adepto ao positivismo. A maior parte dos estudiosos e cientistas europeus e norte americanos como Broca, Gobineau e Le Bon, consideravam a miscigenação um erro, uma quebra das Leis Naturais, uma subversão do sistema. Segundo Lilia M. Schwarcz: *“Os mestiços exemplificavam, segundo essa última interpretação, a diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de espécies diversas”*.(SCHWARCZ, 1993: 56).

A escola determinista intitulada como: darwinismo social ou teoria das raças, uma das quais Euclides da Cunha baseia-se, acreditava que as características adquiridas não eram transmitidas. Isto é, existiam três raças bem distintas o que invalidava a mestiçagem. O mundo dividido culturalmente era consequência da divisão de raças, e havia a raça superior. Muitos autores acreditavam nesses ideais como: Le Bon que achava que o “gênero” humano compreendia espécies de diferentes origens. Taine que considerava o indivíduo resultante direto de seu grupo construtor e que raça e nação são sinônimos. Renan que acreditava na existência e hierarquização das três raças. E por fim Gobineau que afirmava que o resultado da mistura era sempre um dano. (SCHWARCZ, 1993: 56).

Essa ideologia casava perfeitamente com os objetivos expansionistas europeus e norte-americanos. A perfectibilidade de uma raça deve-se a sua pureza determinada pelas Leis Naturais e, é a partir desta pureza que o desenvolvimento de sua sociedade estava garantido, bem como, a sua superioridade diante outras raças. A Europa e os Estados Unidos difundiram essas idéias pelo mundo, e elas irão influenciar escritores e pensadores de toda parte. Os europeus acreditavam que compunham um grupo humano puro, livre de hibridização e justamente por isso era o responsável pela civilização dos demais grupos - argumento que justifica e legitima tanto a colonização americana como o expansionismo europeu, o fardo do homem branco. Já os norte-americanos, mesmo tendo sido colônia da Europa, comprovaram seu desenvolvimento, principalmente por terem evitado a



miscigenação entre o branco dominador e o negro escravo.

No Brasil, durante os primórdios da República, existiam basicamente dois projetos de nação: o dos Liberais e o dos Conservadores. Como sabemos, ambos não se diferenciam muito a cerca de suas práticas, mas nas influências teóricas podemos exaltar a instrução positivista dos conservadores. O positivismo atua com veemência na construção intelectual de Euclides da Cunha, que vive no Brasil desta época extremamente tomado pelas ideologias internacionais.

Embora, tenha parecido que as teorias internacionais foram simplesmente reproduzidas no Brasil, existiam desde meados do século XIX produções científicas preocupadas em definir uma noção da formação nacional do país. Para tanto, como simplesmente aceitar e imitar teorias, que desmistificavam a miscigenação se o Brasil era extremamente organizado dessa forma. Segundo Schwarcz: "*cair em certo reducionismo, deixando de lado a atuação de intelectuais reconhecidos na época, e mesmo desconhecer a importância de um momento em que a correlação entre a produção científica e o movimento social aparece de forma bastante evidenciada.*"(SCHWARCZ, 1993: 17); era tratar de qualquer lugar menos do Brasil e da América latina em geral. Então, para destacarmos como se deu a difusão do cientificismo, que buscou menosprezar certas raças brasileiras com comprovações genéticas, analisaremos um médico difusor dessas idéias na época. Sabendo-se que claramente as teorias internacionais não foram desprezadas, mas adaptadas às questões brasileiras.

As teorias científicas produzidas no Brasil pareciam trazer uma proximidade com a Europa ao "*justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira começavam a ser colocadas publicamente em questão*" (SCHWARCZ, 1993: 18). Entretanto, o que se buscava era sobrevivência do Brasil por meio das leis científicas que organizavam a sociedade brasileira quanto ao seu caráter. Segundo essa mesma vertente, recorrendo a leis e métodos gerais, seria possível encontrar as especificidades da evolução brasileira e, assim, deduzir seu rumo. Como apontou Sevcenko essa atitude seria "*uma versão desdobrada do lema lapidar do positivismo: 'Prever para Prover'*" (SEVCENKO, 1981: 103).

Com esse intuito pretendiam criar uma ideologia própria para o Brasil, a qual contemplasse seus diferentes aspectos. Dessa forma, duas vertentes científicas nascem: a primeira era acreditar no curso natural dos acontecimentos, sublimando as dificuldades presentes e transformando a sensação de inferioridade em um mito de superioridade; a segunda era buscar um conhecimento profundo do país para descobrir uma certa ordem no caos presente. Euclides da Cunha estaria no segundo grupo, não só porque em momento algum aponta o embranquecimento natural da população, mas, principalmente pelas suas

tentativas de determinar um tipo ético representativo da nacionalidade ou, pelo menos, simbólico dela.

Raimundo Nina Rodrigues, médico e antropólogo brasileiro foi o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Voltou à Bahia para assumir a Faculdade de Medicina da Bahia (1891), onde promoveu a nacionalização da medicina legal brasileira, até então inclinada a seguir padrões europeus. Desenvolveu profundas pesquisas sobre origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo. Em Salvador encontrou ambiente favorável às pesquisas sociais. Tais pesquisas eram herdeiras diretas da antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso e, obviamente, do inicial positivismo sociológico na área penal. Era clínico, professor, escritor, dietólogo, sexologista, legista, higienista, antropólogo, biógrafo, epidemiologista, etnólogo - Nina Rodrigues foi um homem múltiplo.

Entre 1888 e 1892, escreveu vários artigos para revistas médicas da Bahia sobre seus ensaios antropológicos de classificação racial, tais como : Os Mestiços no Brasil; e, também, sobre epidemias, casos clínicos, higiene pública, etc. Apóia a iniciativa de professores da faculdade, que guardavam esqueletos, chumaços de cabelo e recorte de pele de índios do estado baiano como material antropológico. No terceiro congresso brasileiro de medicina e cirurgia em Salvador, Nina Rodrigues, apresentou um relatório da única autópsia feita, por ele mesmo, na Bahia durante uma recente epidemia de influenza. Por conta da influência dos arautos da antropologia criminal do final do século XIX, Nina se identificará com certos postulados de Francis Galton, criador de uma teoria social posteriormente denominada eugenia, e do darwinismo social, as mesmas que envolvem Euclides da Cunha.

A teoria lombrosiana dizia, que a propensão ao crime é algo hereditário e poderia ser diagnosticado através de traços anatômicos. Os criminosos seriam casos evolutivos em nosso meio sendo alguns indivíduos desafortunados pertencentes desses genes. A criminalidade presente nele seria tanto física quanto mental, sendo os primeiros os mais importantes. A cientifização do fenômeno criminológico inaugura uma febre de medições, de exercícios antropométricos, de invenções de instrumentos de medição jamais vistos. A medicina legal com toda essa bagagem, através, da craniologia, da antropometria e da frenologia ofereceu a medição técnica e empírica que outras áreas médicas não possuíam. As especializações médicas na França no final do século XIX nas áreas da cardiologia, ginecologia, laringologia, etc. não estavam tão avançadas como a medicina legal.

Num período em que a ciência tornou-se uma fonte de preciosa legitimação das análises sobre o social, a medicina legal no Brasil foi uma das primeiras disciplinas a conquistar um espaço institucional próprio. Acontecimento intimamente ligado à atuação de

Raimundo Nina Rodrigues. O seu livro intitulado: *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894) pode ser considerado a introdução desse projeto. Ele revela o crescente debate entre médicos e juristas, isto é, clássicos e positivistas. Para o "direito clássico", portador de uma concepção liberal, os indivíduos estariam investidos de uma consciência livre e soberana. Já o "direito positivo", com diversas nuances, concebia o indivíduo como ato reflexo de um meio genético e social únicos. Os clássicos enxergavam uma linha tênue entre criminosos e não criminosos, enquanto que, os positivistas achavam estar o criminoso a priori condicionado por seus impulsos hereditários. Desta forma este sujeito deveria ser encontrado, curado ou deslocado da sociedade para sempre. É o que aconteceu com o sertanejo nordestino. O poligenista e relativista Nina Rodrigues é bastante explícito na sua defesa de que os negros não poderiam ser tratados em pé de igualdade com os brancos, já que seriam inferiores biologicamente e, portanto, incapazes de se conduzirem como cidadãos em seus plenos direitos. No contexto científico do final do século XIX, o saber médico-legal localizará nos corpos a fonte das desigualdades sociais e terá como meta à defesa da criação de padrões diferenciados de acesso à cidadania. Em especial, no Brasil, este debate envolveu o tema do futuro da nação pós-abolicionista e republicana, onde a incorporação de amplos segmentos da sociedade ao mundo do trabalho e da política, sob novas bases, tornou-se questão central (SCHWARCZ, 1993).

### **O Sertanejo e a historiografia**

Ao pensarmos na história da dominação colonial como um processo de superioridade racial, percebemos que foi o meio mais obvio de tranquilizar a consciência da elite europeia durante um longo período histórico, que impregnou a historiografia francesa, inglesa, alemã e espanhola.

Segundo o autor Victor, a mestiçagem e o preconceito de cor tiveram diferentes proporções nas colônias inglesas, nas francesas, nas holandesas e nas portuguesas. A colonização que antes era só no litoral começa a rasgar sertão adentro formando assim uma nova sociedade. Os que antes não tinham trabalho, moradia ou um lugar na sociedade, partem à interior do sertão para construir um lugar para se abrigar, podendo assim ter a paz e a superação do racismo, pois esse êxito vem através de um novo caminho. Era o que queriam e pregavam os sebastianistas, que a partir do momento em que se deseja, já é parte da realização. Antonio conselheiro na década de 1890 já pregava esses preceitos em Canudos para milhares de brancos, negros, caboclos e mulatos.

Victor diz que no Brasil a problemática a respeito do racismo não foi abordada de forma satisfatória. Para tanto, cita Euclides da Cunha como sendo um dos que descreve o sertanejo e o mestiço crivados de estereotipo racial, muito em moda na época da República Velha no Brasil, que na maioria das vezes eram inspirados nas obras dos autores

franceses do século XIX. Ao falar do sertanejo como sendo uma sub-raça, dos negros e índios como raças primitivas e dos cruzamentos das raças como sendo um desastre genético, Euclides, sucumbe diante de um materialismo que estava em moda no século XIX. Contudo, ao descrever o que vê em Canudos, nos dá o mais belo e trágico retrato do Estado republicano com toda a sua violência e cinismo. E Antonio Conselheiro como sendo o homem mais importante da sua época, pois foi quem melhor entendeu a fundo a alma do sertanejo, do mestiço, do negro, dos sacerdotes do sertão.

Para Victor a cultura brasileira foi desigual e heterogênea, o sertanejo podia ser polígamo com naturalidade, ou até mesmo enforcar o seu próprio filho para se manter no comando da tropa. Havia uma psicologia em torno do homem sertanejo, que não foi bem estudada, pois a mais indicada para estudar o tema seria a sociologia do isolamento. Este isolamento faz com que o homem tenha uma vontade extremada de se comunicar, esse homem do interior era um bom anfitrião, tratava bem os hóspedes, nunca humilhou o estrangeiro. Conservou consigo alguns bons hábitos que nas cidades já não existem mais.

Na cultura sertaneja não existia a separação do concreto ou real e estes nunca se separavam do ilusório. Nem tão pouco a noção de tempo, pois o ritmo de vida no sertão era mais lento devido ao calor, a região totalmente desértica e pelo fato de não existir leis, ou seja, a lei que era imposta pelo Estado Republicano.

Segundo o autor Paredes, Euclides da Cunha no decorrer da sua obra em relação ao homem do sertão, se contradiz. Percebe que em seu livro está uma nítida crítica em relação à população brasileira do litoral, a qual está deslocada da essência de um país que se esconde no interior do sertão. O isolamento fez com que da mestiçagem surgisse um tipo puro, adequado à região na qual vivia. Esse homem se tornou forte, bravo, e lutava pelos seus ideais, movido pelas adversidades da terra onde habitava, pois este era o seu lar e, por isso, era defendida bravamente. O isolamento e o abandono do sertanejo tiveram funções benéficas, pois, fez com que este homem não se tornasse um degenerado pelo contato com os estrangeiros no litoral. Isto fez com que houvesse a existência de duas formas distintas, senão pelos elementos, mas pelas condições do meio. As condições do meio e a bagagem cultural que este sertanejo trouxe consigo para o interior do sertão fez dele um ser único e diferente ao mesmo tempo, por não se enquadrar dentro dos padrões nos quais esta nova sociedade, que estava sendo construída no litoral, determinava como sendo o certo.

Segundo Manoel Bonifácio, a vida desse homem sertanejo era pacata, cada um tinha a sua função específica, não havia pressa, e sempre iam a igreja rezar. Suas desavenças pessoais eram discutidas com Antonio Conselheiro que lhes orientava, para o bem comum de todos. Tudo era feito, construído em prol das necessidades de todos, e tudo era feito com muita dificuldade, mas a fé deste povo fazia com que as suas vidas se tornassem um pouco

mais amena. Um homem podia ter mais de uma mulher, mesmo porque existiam muito mais mulheres do que homens adultos em época de casar. Fica claro na exposição do autor Benício, que este homem sertanejo não era um bandido por natureza, ou por ser um mestiço deveria ser um tipo incapaz de qualquer ato de bondade apenas o de selvageria. Este sertanejo era um homem comum que possuía família, e cuidava desta providenciando o seu sustento; gostava de contar histórias em reuniões com os amigos, contando suas alegrias e tristezas; era um religioso devoto. O sertanejo não matava por gostar e sim num intuito de defesa, lutavam pela terra e para proteger seus familiares e, se cometiam alguns atos de roubo era por motivo de sobrevivência.

### **Conclusão**

Enfim, no interior de tais questionamentos as conclusões, que poderíamos chegar à cerca da visão de Euclides da Cunha sobre o sertanejo nordestino, são amplas e pertencentes ao contexto político-econômico da época. A inserção das teorias racial-cientificista no Brasil do início do século XIX está intimamente ligada à República nascente, que as recupera e as introduz num modelo liberal de concepção estatal. Torna-se, assim, um paradoxo que dá origem a dois modelos explicativos sobre a construção da sociedade brasileira, no entanto contraditórios: o primeiro fundamenta-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retira a atenção colocada no sujeito e centra-a na atuação de grupo entendido como resultado de uma estrutura biológica. Isto é, uma legitima o regime político republicano e a outra a superioridade de certo grupo social, no caso, os brancos aristocratas. As teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava.

Assim, nos interessa saber como o argumento racial foi inserido e como ele foi adaptado ao Brasil, que é um país miscigenado. A conceitualização de raça encontra no país problemas de atuação devido a essas características. Teóricos cientificistas passam nesse momento pela emergência de criar uma visão científica, que pudessem encaixar no Brasil. No interior dos estabelecimentos, os cientistas e políticos, pesquisadores, literatos e acadêmicos tomaram para si a tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista para encontrar saídas à nação brasileira. Dentro desta perspectiva é que encontramos o pensamento de Euclides da Cunha.

A dificuldade de achar uma linha de pensamento euclidiano está em algumas distinções nas abordagens bibliográficas sobre sua obra e os seus fundamentos. Essas abordagens em sua maioria convergem ao dizer, que Euclides se contradiz ao longo do seu livro, principalmente, quando trata do sertanejo no capítulo: O Homem. E, isto possibilitou-nos a chegar a conclusões parecidas, embora, tivéssemos passado por dificuldades ao

estipular o porquê da contradição. Isto é, elencar os motivos de Euclides não foi tarefa fácil.

Entretanto, ao encarmos a visão euclidiana dentro do contexto político-social da época, conseguimos achar um fundamento teórico para sua obra. Consideramo-lo um autor contraditório, pois é pertencente ao meio científico positivista e determinista social. Ao mesmo tempo em que se utiliza dessas teorias, Euclides da Cunha, conviveu e percebeu na realidade social de Canudos algo que não achava em suas teorias. Ele escreve *Os Sertões*, com o intuito de mostrar a sociedade brasileira à vida de uma sub-raça, pretensamente esquecida. Contudo, ao vislumbrar o seu cotidiano modifica o seu ponto de vista considerando o sertanejo um tipo social brasileiro e, que deveria ter mais atenção do governo republicano. Pois os considerava uma sub-raça superior do que as litorâneas.

Ele consegue perceber, que as dificuldades do sertanejo nordestino são provinda da forma como eles são tratados pelo Estado. Porém, vê, também, na miscigenação a culpa de seu modo de vida, demonstrando à sociedade brasileira a emergência de criar-se um espaço para tais. Faltou a Euclides da Cunha visão sociológica suficiente para enquadrar as lutas dos escravos como base de um processo econômico de desenvolvimento da nossa sociedade.

## Referências

- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997;
- CESAR, Guilhermino; Donald Schüller; Flávio Loureiro Chaves. *Euclides da Cunha*. Editora da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre: 1966;
- CITELLI, Adilson. *Roteiro de Leitura: Os Sertões*. Editora Ática. São Paulo: 2002;
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Editora Cultrix. São Paulo: 1985;
- JÚNIOR, Araripe. *Obra Crítica de Araripe Júnior*. C. P. Rui Barbosa. Rio de Janeiro: 1966;
- LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*, ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1996;
- MOURA. Clóvis. *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*. Ed.: Civilização brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1987;
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha*. Editora Juruá. Curitiba: 2002;
- SCHWARCZ. Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 a 1930*. Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 1993;
- SKIDMORE. Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Ed.: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976;
- VALTOIS. Henri-V. *As Raças Humanas. Difusão Européia do Livro*. São Paulo, 1954.